

Sindicatos recusam aumento de 0,4%

A última proposta das instituições de crédito é miserável e indigna – e por isso foi rejeitada. Mais Sindicato e SBC vão recorrer à conciliação.

O processo negocial do ACT do Setor Bancário para revisão da tabela e cláusulas de expressão pecuniária continua sem acordo.

No início deste processo, quando a taxa de inflação prevista ainda era de 0,3%, já as instituições de crédito (IC) subscritoras do acordo coletivo se desculpavam com a pandemia e a incerteza no futuro para não aumentar os trabalhadores bancários.

Felizmente o decurso do ano demonstrou que a situação do setor bancário era claramente mais favorável do que o expectável, revelando lucros de milhões e permitindo distribuir dividendos pelos acionistas. Como se não bastasse, os bancos ainda aumentaram os resultados poupando nos custos do trabalho, ao reduzirem os quadros de pessoal em milhares de trabalhadores.

Não satisfeitos com os lucros e a devastação que impuseram a tantas famílias de bancários dispensados ou sujeitos a despedimento coletivo – e com a taxa de inflação prevista já em 0,7% –, os bancos tiveram o desplante a afirmar só estarem disponíveis para atualizar as tabelas em 0,2%.

Rejeição unânime

Não obstante a postura de intransigência em compensar os bancários pelo esforço que lhes é exigido diariamente, Mais Sindicato e SBC colocaram em cima da mesa múltiplas soluções para atingir um acordo, mas todas foram recusadas.

Assim, na reunião de negociação de ontem, 24 de novembro, as IC comunicaram aos Sindicatos que a sua última proposta era de 0,4% de aumento nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária, sem qualquer outro tipo de compensação – e face a uma taxa de inflação prevista de 1%.

Após reunião do Secretariado da Febase e por decisão unânime de todos os Sindicatos que integram a Federação, MAIS e SBC transmitiram ao grupo negociador das IC que não aceitavam a proposta, considerando aquele aumento miserável e indigno para os trabalhadores de um setor tão lucrativo.

Conciliação

Os Sindicatos lamentaram ainda não haver acordo numa altura em que as partes já deveriam estar a negociar a revisão para 2022.

Por isso, transmitiram às IC que iriam recorrer à conciliação, requerendo a intervenção da Direção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT) na resolução do conflito.

As Direções

